



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## ORDENAMENTO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RURAL NORDESTE I NO ESTADO DO PARÁ: OPORTUNIDADE OU DESAFIO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

Área Temática: Meio Ambiente

Nome dos autores: VIEIRA; Ana Carolina C<sup>1</sup>.; MONTEIRO, Antonio Eduardo G<sup>2</sup>;  
COSTA, Ana Carolina S<sup>3</sup>; ASSIS, William S<sup>4</sup>

1. Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA- [accvieira\\_florestal@yahoo.com.br](mailto:accvieira_florestal@yahoo.com.br); 2. Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA [dudu.aegm@gmail.com](mailto:dudu.aegm@gmail.com); 3. Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA - [anacarolina.ufpa@gmail.com](mailto:anacarolina.ufpa@gmail.com); 4. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA- [william.assis1@gmail.com](mailto:william.assis1@gmail.com).

Agência de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

### Resumo

O presente trabalho pretende discutir como o reconhecimento das populações tradicionais por políticas de ordenamento territorial do Governo Federal podem contribuir com o amplo processo de desenvolvimento territorial, por meio do fortalecimento da cogestão dos recursos naturais e da valorização da identidade sociocultural do território; pelo enfrentamento do mercado de terras voltado para expansão do capital privado; pelo favorecimento da acessibilidade de políticas públicas de desenvolvimento. E desta forma colaborar com os desafios de gestão social e inclusão produtiva do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Rural Nordeste I (TRN1) e no pensar estratégico do enfoque territorial.

Palavras chave: cogestão; identidade sociocultural; gestão social; políticas públicas.

### 1. Introdução

Desde a década de 90, o governo brasileiro amplia suas políticas de desenvolvimento territorial visando o maior reconhecimento das heterogeneidades social, econômica e

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

ambiental regionais, além da ruralidade do território nacional, como forma de fortalecimento de estratégias de desenvolvimento com bases sustentáveis.

Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, novos padrões de relação política no campo e na cidade, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical(...) incorporando fatores étnicos, critérios ecológicos e critérios de gênero e de autodefinição coletiva que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de organização e de encaminhamento de demandas aos poderes públicos.(WAGNER, 2004, p 9)

O governo brasileiro vem construindo um ambiente favorável para a formulação de políticas públicas mais eficazes a ruralidade e que valorizam e abrangem a diversidade sociocultural. Prova disso, em 2003, propôs uma política nacional de fomento ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2013).

Com o objetivo de promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia, o Pronat, operacionalizou uma estratégia de desenvolvimento com uma abordagem territorial, ampliando sua matriz de ações territoriais e constituindo uma nova forma de institucionalidade através da composição de colegiados territoriais.

A abordagem territorial não se refere necessariamente a um determinado espaço contínuo e a uma determinada concentração de população, mas sim no exame das unidades ambientais, dos recursos naturais, das atividades econômicas, das infraestruturas econômica e social, das relações sociais, os domínios institucionais, e dos limites políticos (DUCAN e GUIMARÃES, 2003).

A estratégia de desenvolvimento territorial é capaz de equilibrar o poder do Estado, diminuindo seu poder de decisão sobre o espaço que lhe é submetido, fazendo emergir uma nova composição de atores sociais comprometidos com a gestão do território bem como uma nova configuração do campo das disputas territoriais (ACSELRAD, 2010, p. 29). As políticas de desenvolvimento territorial são um processo de fomentar a criação de políticas multiculturais (VIANNA, 2010, p 81).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



Homologado em maio de 2013 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (resolução do CONDRAF N° 94/2013) o TRN1 passou por um longo processo de reuniões através da Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) até a institucionalização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural do Nordeste I (CODETER NE I) em 2014. Hoje o Colegiado possui uma estrutura de gestão social composta por 60 instituições sendo dessas 34 da sociedade civil e 26 do poder público. O TRN1 recebe assessoria de um projeto de extensão universitária por meio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do NE I (NEDET NE I), com sede na Universidade Federal do Pará (UFPA), que integra o Projeto “Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará”, coordenado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

O CODETER é gerenciado por um Núcleo Diretivo, composto por 8 instituições públicas e sociais eleitas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Regional Capanema, Agência de defesa Agropecuária do Pará – Regional Capanema), Prefeitura de Nova Timboteua, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará – Regional Capanema), Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, Grupo de Trabalho Amazônico, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés e Associação dos Criadores Orgânicos de Abelhas de Tracuateua.

O Território Rural NE I (TRN1) está localizado na mesorregião Nordeste Paraense, com uma superfície territorial de 12.931.81 Km<sup>2</sup>, abrange 13 municípios Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, São João de Pirabas, Santarém Novo, Tracuateua e Viseu. Ao todo engloba uma população total de 423.576 habitantes, sendo que desses, 185.423 habitantes (43,78%) residem na zona rural. (IBGE, 2010).

O TRN1 está presente no Bioma Amazônico, e é parte de uma das mais antigas fronteiras de ocupação da região, tendo alguns municípios com raízes históricas no processo inicial de penetração portuguesa no vale Amazônico. Esta configuração de ocupação histórica

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## 07 a 09 de setembro de 2016



desta fração do bioma nos permite realizar uma melhor interpretação dos seus aspectos ambientais, visto que são caracterizados por florestas secundárias com grandes históricos de uso e emblemático do ponto de vista cultural para formação de identidades de grupos de produtores locais. Para tanto, leva-se em consideração o processo de colonização realizado nessa região através da dinâmica da estrada de ferro Belém-Bragança, em que teve forte influência na produção e reprodução deste espaço. Neste contexto, a agricultura itinerante dominou o uso da terra e teve importante contribuição no atual processo de degradação acentuada das florestas naturais, “a devastação da floresta tropical pelo homem criou situação extremamente grave para a população regional” (PENTEADO, 1967, p.96). Deste modo, a colonização da zona bragantina e o uso da terra através de técnicas rudimentares refletem na paisagem regional de hoje o que assinalamos neste trabalho através dos aspectos ambientais do Território, a partir de um diagnóstico analítico que considera esse longo período de uso da terra na região.

Originalmente predominava nos ambientes de terra firme do TRN1 a Floresta do tipo Ombrófila e nas áreas úmidas e inundáveis as Florestas do tipo Aluviais. No processo histórico de ocupação do território na região Nordeste Paraense se acentuou a transformação de vastas áreas de floresta de terra firme (Floresta Ombrófila). A comercialização de madeiras de alto valor comercial deu origem posteriormente a diferentes formas de uso e ocupação da terra. Nas áreas com antropização, a cobertura vegetal se apresenta com predomínio da vegetação secundária, formando as “capoeiras”, por meio das atividades agrícolas, no qual, o processo de conversão da cobertura vegetal secundária conduziu as transformações da paisagem.

A maior área contínua de manguezais pertence ao litoral paraense (a zona costeira Bragantina), esta área se insere no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta, ao longo da costa de manguezais do nordeste do estado do Pará. (SOUZA FILHO, 2005). Os manguezais são ecossistemas costeiros, que se caracterizam pela Formação Pioneira com Influência Fluviomarinha, esta formação situa-se principalmente nas áreas de baía, desembocadura dos rios e locais de baixa energia ambiental. A figura 01 abaixo faz uma caracterização da cobertura vegetal do TRN1.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 01 – Mapa de vegetação do Território Nordeste I

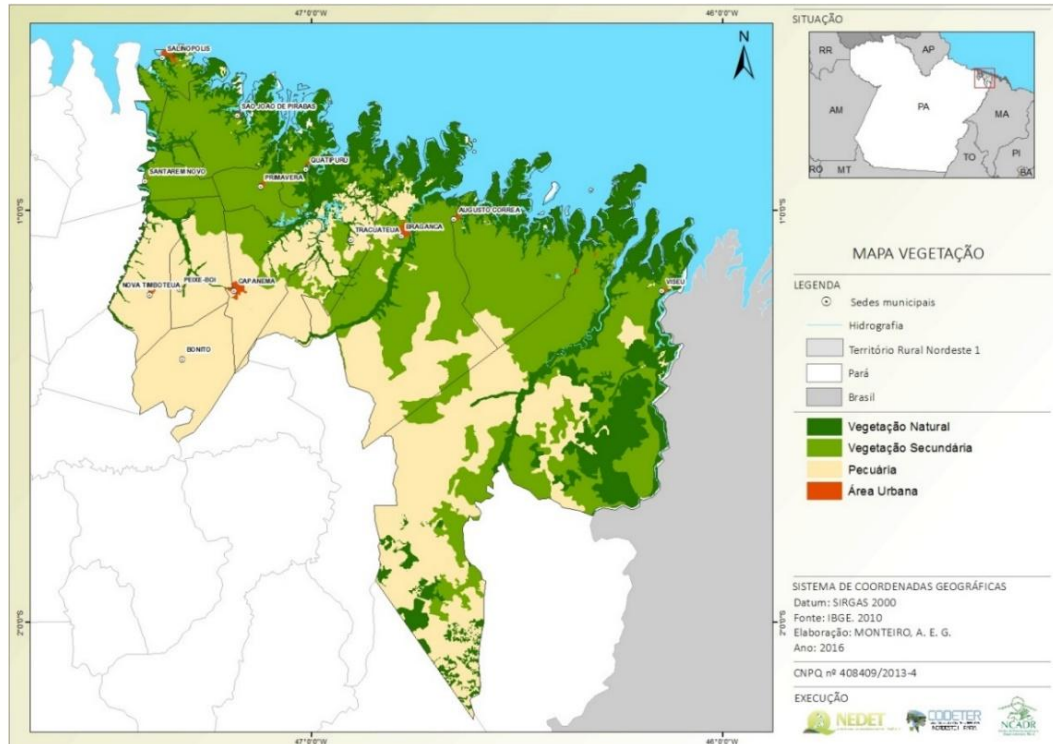


Figura 01 – Mapa de vegetação do Território Nordeste I

Sendo um território bastante fragmentado do ponto de vista político e populacional, com ecossistemas com fortes alterações antropogênicas, além de regiões sensíveis de ecossistemas costeiros, este território enfrenta novos desafios, como por exemplo, os ligados aos interesses minerais tidos como chaves para o desenvolvimento do Estado. Assim, pensar novas oportunidades de desenvolvimento que efetivamente consolide essas estratégias de desenvolvimento territorial do governo brasileiro, pautando interesses diversos e promovendo diálogos de múltiplos atores exige um contínuo processo de reflexão sobre cenários e alternativas de promoção do desenvolvimento sustentável do Território Rural Nordeste I.

## 2. Material e Metodologia

Para elaboração desse trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as temáticas de ordenamento territorial, identidade sociocultural e conflitos territoriais. Além disso, realizamos uma pesquisa com base em fontes secundárias para o levantamento de informações sobre a área e limites geográficos das Reservas Extrativistas Marinhas na base

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



de dados do ICMBio; dos Territórios Quilombolas, na base de dados do ITERPA; e dos Projetos de Assentamentos na base de dados do INCRA. O resultado da pesquisa foi analisado e tabulado no programa Excel, para cálculo das áreas: a) área total; e b) área ocupada no Território Nordeste Paraense I. O mapa temático foi elaborado a partir de informações georeferenciadas, obtidas na pesquisa, utilizando-se o software de geoprocessamento Arcgis 10.1.

### 3. Resultados e Discussões

#### O Processo de Ordenamento Territorial

O reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais só passou a ser debatido com mais ênfase na perspectiva do território e do desenvolvimento territorial a partir da década de 1990 (VIANNA, 2010, p.85). No NE I, o ordenamento territorial é um processo em andamento que teve início no ano de 2002 com a criação de duas Unidades Conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha. No mesmo ano ocorreu a titulação de um Território Quilombola e de um Projeto de Assentamento.

Em 2015 podemos listar no Território Nordeste Paraense I: 6 RESEX Marinhas sendo que 4 possuem a área total no interior do território enquanto as outras duas apenas uma parcela da área; 2 Territórios Quilombolas titulados e 3 Projetos de Assentamento, sendo um deles com a área total no território e os outros 2 parte de sua área, conforme a tabela (1).

**Tabela 1:** Áreas Protegidas no Território NE I

ÁREAS PROTEGIDAS	ÁREA TOTAL (Há)	ÁREA OCUPADA NO TERRITÓRIO NE I (Há)
RESEX MARINHA GURUPI-PIRIÁ	72789,93	72789,93
RESEX MARINHA ARAÍ-PEROBA	62578,12	62578,12
RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU	42489,81	42489,81
RESEX MARINHA TRACUATEUA	27864,50	27864,50
RESEX MARINHA CHOÇOARÉ-MATO GROSSO	2783,20	2547,40
RESEX MARINHA MARACANÁ	30018,88	330,10
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JURUSSACA	200,98	200,98
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE PACA-ANINGAL	1284,24	1284,24
PROJETO DE ASSENTAMENTO CIDAPAR I	199.621,91	47.155,09
PROJETO DE ASSENTAMENTO CIDAPAR III	40774,04	19.815
PROJETO DE ASSENTAMENTO FÉ EM DEUS	1070,02	1070,02
<b>Total</b>		<b>278125,56</b>

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



As áreas protegidas são definidas segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN) como “uma superfície de terra ou mar direcionada à proteção e preservação da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciados através de meios legais ou eficazes que dão base às comunidades” (Lea M. Scherl et al 2006:7).

O mapa a seguir (Figura 02) identifica as Áreas Protegidas no Território NE I, que segundo nossas análises representam 22% da área total do território. O reconhecimento da biodiversidade do Território e sua destinação às populações tradicionais que utilizam dessa biodiversidade para sua reprodução social, evidenciam a importância da conservação da biodiversidade natural e da identidade cultural do território.

Figura 02 – Mapa áreas protegidas do TRN1

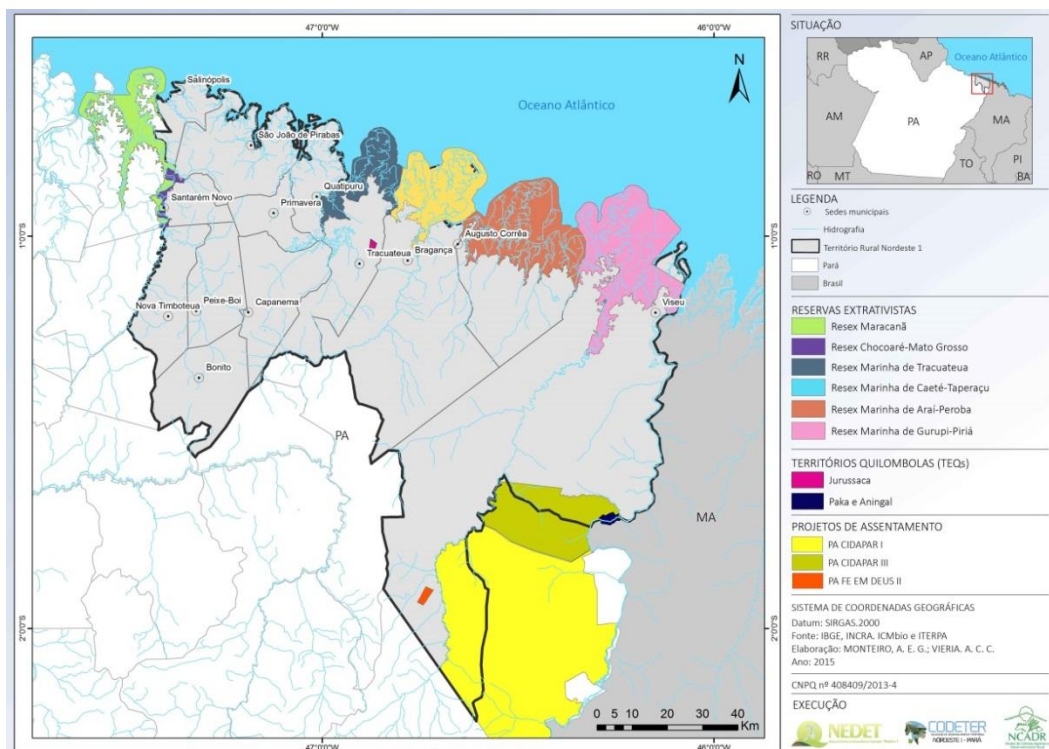


Figura 2: Áreas Protegidas Território Nordeste I

Para as Unidades de Conservação o poder público criou um sistema de gerenciamento integrado com os beneficiários dessas áreas, por um sistema de cogestão, em que as populações tradicionais mantêm seu modo de vida no interior dessas unidades e corroboram com as tomadas de decisão estratégicas para a conservação dos ambientes

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

naturais bem como com o monitoramento da paisagem. Para Ascelrad (2010, p.26) os programas do governo que promovem a gestão comunitária, em que direitos territoriais e a recursos naturais são reconhecidos, estão ligados a conceitos de etnicidade, espaço e identidade. Embora se perceba uma fragilidade dos instrumentos de cogestão, tais como o elaboração de Planos de Manejos de Recursos Naturais e funcionamento dos Conselhos Consultivos e Deliberativos, especialmente nas áreas de Reservas Extrativistas, é evidente que tais instrumentos visam fortalecer as vozes de populações extrativistas no processo de tomada de decisões sobre uso de recursos e planejamento territorial local.

Ainda, o Estado tem elaborado políticas públicas de apoio socioeconômico específicas para grupos desses territórios de uso coletivo, dentre as quais pode-se destacar o Crédito de Instalação que pode chegar a até R\$ 14.600,00/família, Políticas de Habitação Rural, chamadas de ATER Extrativistas para o fortalecimento da assistência técnica, Bolsa Verde, entre outras políticas.

Em contramão o território vem sendo alvo de grandes projetos, a exemplo das empresas de mineração e agronegócio, que vem somando forças ao aumento da especulação de terras. As empresas com maior intervenção no território são: CIBRASA em Capanema (1960); Votorantim SA em Primavera, com uma área de exploração de minério de 331 ha; Merje Agroflorestal SA em Bonito, com 12.000 ha plantados de monocultivos de dendê e a B&A Mineração na produção de fertilizantes através do minério de fosfato.

Neste cenário de diferentes interesses será que a intensificação do processo de ordenamento territorial é capaz de promover e manter a materialidade do território?

As políticas de reconhecimento de territórios parecem ocupar um dos pilares do que está em jogo na Amazônia: a criação de um mercado de terras que inclua as áreas reformadas (de reforma agrária) e ao mesmo tempo estabelece regiões protegidas do mercado de terras, em contradição com o mercado (VIANNA,2010,p. 88).

Para Assis (2010) essas dicotomias de interesses políticos e econômicos desencadeiam conflitos de logicas distintas de apropriação e uso do espaço.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## 4. Conclusão

Um cenário desafiador se deita sobre CODETER NE I em dialogar com os diferentes atores na busca de constituir um plano de desenvolvimento territorial que seja capaz de zonestar o território com seus recursos naturais pelo seu uso social, para que possa realmente atuar na intensificação do processo de ordenamento territorial. Em um contexto onde grandes interesses econômicos se contrapõem, esforços de políticas de planejamento territorial de Governo Federal precisam encontrar novas sinergias de integração com os interesses de elites econômicas e políticas locais onde prevalece as prioridades por setores ligados ao grande capital, como o agronegócio e a indústria mineral. Por outro lado, populações locais precisam cada vez mais se empoderar para continuar tendo voz nas plataformas de diálogos sobre planejamento territorial local e fortalecer alternativas econômicas que garantam a sustentabilidades de recursos naturais e a garantam continuidade de seus modos de vida tradicional e de suas identidades nos territórios de uso coletivo.

## 5. Referências

ACESLRAD, Henri. Mapeamentos, Identidades e Territórios. In: ACESLRAD, H.(Org). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p.9-38.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Conflitos Territoriais e Disputas Cartográficas: Tramas sociopolíticas no ordenamento territorial do Oeste do Pará. In: ACESLRAD, H.(Org). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p.163-193.

LEA M. Scherl et al. (2006). As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. viii + 60pp.

PENTEADO, A. R. Problema de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina. **Tese Doutorado (Geografia do Brasil)** – Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo USP, São Paulo. 1967.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



UFOP  
Universidade Federal  
de Ouro Preto

07 a 09 de setembro de 2016

VIANNA, Aurélio. Reforma Agrária e Territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária. In: ACESLRAD, H.(Org). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p.81-90.

WAGNER, Alfredo. TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: processos de territorialização e movimentos sociais. **ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**.v.6.2004.p 9-32.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

